



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 1.989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Hermas Brandão e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Basílio Zarusso, David Cherigate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Pedro Tonelli (12). Achando-se em licença os Srs. Deputados: Antônio Annibelli e Artagão Mattos Leão (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 126/89, que revoga o Art. 2º da Lei nº 8756/88.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 07/89, que determina punição aos Deputados faltosos.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução nº 07/89, protocolizado sob o nº 2687, apresentado em 30.03.89, que determina punição aos Deputados faltosos, deveria tramitar com a máxima brevidade possível, tendo em vista que um dos deveres de um parlamentar e constituinte é o seu comparecimento às sessões, o que não ocorre com alguns Pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei nº 206/86, 58/87, 133/87 e 121/86, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação aos projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de

congratulações ao jornal Tribuna da Cidade, aos diretores abaixo nominados, extensivos ao quadro de pessoal da referida editora, pela comemoração de seus dezoito anos. - UMBERTO BASTOS SACCHELLI

- NILSON ALVES RIBEIRO
- CLIDENOR JOSÉ SANTOS MORAIS
- UMBERTO CILÍAO SACCHELLI

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado em ata desta Casa, votos de congratulações ao radialista Anísio Moraes, do Município de Campo Mourão.

Requer ainda, que da decisão seja dada ciência ao senhor acima referido, no seguinte endereço: Rádio Colméia de Campo Mourão, Edifício Antares, 5° andar, CEP 87.300

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Neste 1° de junho, o radialista Anísio Moraes completa o seu 11° aniversário à frente do seu programa matinal pela Rádio Colméia de Campo Mourão.

Durante estes anos, graças à coerência, sensatez e credibilidade de suas colocações e comentários, adquiriu larga confiança na população mourãoense e da região, sendo hoje figura de destaque, importante nos meios de comunicação do Estado.

Por isso, acreditamos justo o nosso pedido, premiando o sério trabalho desenvolvido por aquele radialista, no decorrer destes anos.

REQUERIMENTO N° 1041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Pri-

meira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Paranaity.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Paigandu.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Ourizona.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao PROVOPAR, na pessoa de sua Presidente, a Excelentíssima Primeira Dama do Estado do Paraná, Débora Dias, solicitando àquela entidade assistencial o fornecimento de cobertores e alimentos não perecíveis, para o Município de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil e à Diretoria de Crédito Rural e Industrial do Banco do Brasil S/A, solicitando providências suficientes para a correção da discriminação perpetuada contra a Região Sudoeste deste Estado, relacionada à falta de liberação de verbas para financiamento de custeio da safra de trigo do corrente ano, que traz como consequências a impossibilidade de cumprimento dos compromissos referentes à aquisição de insumos para a próxima safra

e a falta de amparo do PROAGRO, entre outras.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, as matérias jornalísticas anexadas a este, referentes a denúncias do IAM, publicadas em vários jornais.

Sala das Sessões, em 01.06.89.
(a) VALDERI MENDES VILELA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 128/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a taxa de segurança ostensiva contra delitos.

Art. 2° - A taxa de segurança ostensiva contra delitos tem como fato gerador a prestação efetiva ou potencial, pela Polícia Militar através de suas organizações Policiais Militares, de esquema capaz de oferecer um serviço de prevenção e combate a assaltos e depredações em locais de alto risco de incidência destes delitos.

Parágrafo Único - A taxa prevista neste artigo é devida trimestralmente e será paga nos prazos fixados pelo Poder Executivo.

Art. 3° - São contribuintes da taxa de segurança ostensiva contra delitos:

I - O titular de estabelecimentos bancários, casas de crédito, joalherias e guarda de valores;

II - O titular de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

III - Estabelecimentos de diversões públicas e esportivos.

Art. 4° - Taxa de segurança ostensiva contra delitos é devida em função do risco que estão sujeitos os estabelecimentos previstos no artigo anterior, de conformidade com os valores constantes da tabela anexa a esta Lei, reajustáveis trimestralmente, pela Secretaria da Fazenda.

Art. 5° - A Secretaria da Fazenda fiscalizará o recolhimento, atuando os inadimplentes na forma legal.

Art. 6° - O atraso no recolhimento da taxa prevista nesta Lei, sujeita o infrator:

I - à atualização monetária do tributo.

II - aos juros de mora.

III - às penalidades legais.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - O valor recolhido mensalmente será repassado à Polícia Militar para equipamento e reequipamento da Corporação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 01.06.89.

(a) RAUL LOPES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A "Folha de Londrina", de hoje, publica na sua coluna política, um informe de que o Governador Ney Braga teria feito contacto telefônico com o Deputado Basílio Zanusso e com o Deputado Leônidas Chaves, ausente, quando da votação, apreciação do veto do Senhor Governador, aposto à Lei que concedia aumento de vencimentos aos Senhores funcionários públicos do Estado. E, muito sutilmente, de forma muito malévola, a intenção foi de deixar dúvida quanto ao voto do Deputado Basílio Zanusso, além do que, me parece, ter insinuado o interesse do ex-Governador Ney Braga, no episódio.

Queria, apenas, rapidamente, deixar registrado nos Anais da Casa, que o ilustre ex-Governador Ney Braga, meu amigo, meu companheiro de partido, há longos anos, em nenhuma oportunidade pediu-me que votasse contra ou a favor, porque embora a nossa amizade, ela exista de muitos anos, nós temos, um pelo outro, muito respeito e estima. Nós nos respeitamos mutuamente no que diz respeito a posicionamentos políticos, eu, na Assembleia, e ele Governador, ou Presidente da Itaipu.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não procede o fato de que o Senhor ex-Governador, Ney Braga, ter mantido contacto com o Deputado Basílio Zanusso, acerca da apreciação do veto do Senhor Governador, que foi nesta Casa mantido, contra o meu voto.

Queria também registrar, com satisfação, a publicação do artigo escrito pelo Doutor Luiz Reinaldo Zanon empresário da livre iniciativa, homem de empresa do Paraná, que teceu algumas considerações sobre o trabalho da Constituinte do Paraná, especialmente com relação ao anteprojeto apresentado pelo Deputado Caíto Quintana, resultado do trabalho das Comissões Temáticas.

É evidente que alguns Parlamentares, inclusive, questionam a inclusão ou não de

algumas emendas, apresentadas por ocasião das temáticas, mas aqui, no artigo informativo até, o Doutor Zanon, que tem acompanhado o processo, desde o início, aqui nesta Casa, faz alusão a alguns outros Estados, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, com artigos totalmente inconstitucionais e de pretensão surrealista, diz ele. E, aqui no Paraná, embora o anteprojeto apresentado pelo Relator Deputado Caíto Quintana, não seja a futura Constituição pronta e acabada, diz o Dr. Zanon que é um documento sério, sem utopia e sem demagogia. Evidentemente o projeto, o seu anteprojeto terá agora nesta fase da Comissão Constitucional a apreciação por parte dos integrantes e de todos os Senhores Deputados, que terão regimentalmente o direito à palavra e à discussão na Comissão durante esses trinta ou quarenta dias que o anteprojeto será analisado, e posteriormente, em última instância e por ser de última fase, aqui em plenário, este anteprojeto terá oportunidade de ser analisado, estudado e melhor apreciado pelos Senhores Parlamentares, integrantes da Assembleia Estadual Constituinte.

Muito obrigado, Senhor Presidente

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Horário das Lideranças. PT com a palavra, PL. PDC. PDS. PTB. PIN. PFL. PDT.

O nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Nós trazemos hoje, no Horário da Liderança do PDT, alguns comentários a respeito do que se ouviu no passado no Governo Alvaro Dias. É muito simples, muito bonito, trazer notícias, como ocorreram no mês de junho de 1987, quando Sua Excelência, o Governador do Estado angareava popularidade Nacional a exemplo de outros políticos que por aí se encontram, acusando servidores públicos de irregularidade, desvio, assaltos e outras coisas mais. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tempo passa e a justiça sempre deve ser feita, às vezes demora um pouco mais, mas ela chega. Em junho de 1987, as matérias que estampavam nos nossos jornais, diziam respeito dos desvios de verbas do Instituto de Assistência do Menor, e outro dia num material que nós passamos ao nobre Deputado Algaci Tália, ele comentava em seu programa diário sobre os acontecimentos da época e de hoje, as manchetes eram sempre as mesmas: "Alvaro denuncia desvio de verba no IAM". "Gazeta do Povo" de junho: "Rombo", vejam bem Senhor Presidente e Senhores Deputados, "Rombo no IAM já atinge

7 milhões"; "Álvaro manda precessar envolvidos no escândalo do IAM". "Governador divulga relatório sobre o escândalo do IAM"; "Governo demite implicados em irregularidades no IAM"; "Desfalque do IAM chega a dez milhões de cruzados"; e o que aconteceu?

Tudo isto aqui abalou a opinião pública do Paraná, como se o Governador do Paraná fosse uma pessoa séria, e que realmente desenvolvesse um trabalho de pesquisa e apuração de fatos que fossem verdadeiros.

E eu disse que a justiça pode demorar, mas, ela não falta, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, tanto que, encaminhado o processo à justiça, outra não podia ser a decisão de que se determinasse o arquivamento, por falta de provas; por falta de provas e porque todos os fatos denunciados por Sua Excelência, o Governador do Estado, não se constituía em crime contra a administração pública.

Só que, os funcionários públicos na época, que não foram demitidos, conforme informações que circularam nos jornais do Paraná, esperaram e o ilustre Promotor Público, Dr. Lauri Caetano da Silva, minuciosamente analisando o processo, ele chegou à conclusão, de que não havia nenhum crime contra a administração pública praticada por estes funcionários. Consequentemente, no dia 28 de março, por decisão do Dr. Antônio Gouveia Gonçalves, foi determinado o arquivamento do processo, conforme o Parecer do digno Representante do Ministério Público.

Desse recurso, dessa decisão, não houve recurso, e o Paraná não ouviu ninguém, mas ninguém dizer que os funcionários públicos tinham razão, que não tinham praticado nenhum crime.

Só ouviram a versão de Sua Excelência, o Governador do Paraná, que mais uma vez demonstrou, como nós sempre temos dito desta tribuna, que foi um erro a sua eleição como Governador deste Estado.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário do ex-Vereador, Hasiel Pereira, que teve atuação destacada na Câmara Municipal de Curitiba.

PSDB com a palavra. A Mesa vai conceder a palavra ao PMDB e em seguida concederá a palavra ao PSDB.

Deputado Gernote Kirinus com a palavra.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados.

Ontem, para cedermos democraticamente o pequeno espaço para o nosso ex-compa-

nheiro de Bancada, colega Deputado Hermas Brandão, democraticamente cedido no espaço da Liderança, havíamos interrompido o nosso pronunciamento, que retomamos nesse instante.

Nós dizíamos ontem que queríamos falar daqueles que sempre estiveram ausentes nas galerias, deste plenário e talvez, por isso, como não existe o pano de fundo do aplauso, o entusiasmo dos discursos não atinge a estas pessoas. Referimo-nos aos pequenos agricultores, como dizia, que são o esteio, a base, dos que geram a riqueza desse grande Paraná, riqueza esta que se discutia ainda ontem a distribuição, através de reposições salariais do funcionalismo público. Eu dizia também, só para recordar, de que a eles o Governo tem a responsabilidade de reservar pelo menos uma pequena parte, já que são eles que perfazem as riquezas da arrecadação do Estado, deve-se também reservar a eles uma pequena parte do ICM para alcançar-lhes o que eles merecem: a escola, o posto de saúde, a estrada, enfim, benefícios. Mas, que muito mais que isso o Governo, de forma geral, e principalmente aquele Governo responsável pela política econômica deste País deve a eles não um reajuste mensal, nem o reajuste semanal, dizia eu, mas um reajuste diário, porque diariamente sobem os produtos que eles utilizam para o plantio, para gerar as riquezas. Diariamente, depois que os produtos que eles, com seu suor, fazem e produzem sobem diariamente até chegar à mesa do consumidor.

E é a essa classe que nós queremos hoje, nos pronunciar e levantar a sua voz de protesto, uma vez que as galerias estão vazias e lá não estão eles para gritar, vaia e aplaudir, mas, estão no campo trabalhando, suando, para gerar as riquezas deste Estado. É justiça, portanto, que também nos lembremos deles, porque é deles que depende este Estado. E interrompi exatamente, quando dizia que o custeio para o plantio da safra agrícola continua sendo demorado, e o do trigo que já está plantado, com o sacrifício extraordinário dos triticultores, 70% talvez mais ainda, não receberam o custeio para o plantio. Os juros a pagar representam uma parcela enquanto que na realidade os preços dos produtos utilizados na produção agrícola sobem sem controle algum. Na verdade existem dois pesos e uma só medida...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS - ...Na sequência. A medida do juro a pagar não compensa o preço final da venda do produto. Mesmo assim, mesmo diante de uma anunciada super safra, as coisas são bem diferente. A rea-

lidade é uma, enquanto que a propaganda é outra. O Governo anuncia a super produção de setenta milhões de toneladas e segundo o gerente da CONTRIGUAÇU, Hélio Fiedler de Marechal Cândido Rondon, cerca de vinte e três milhões de toneladas desse total são de soja, enquanto que o restante são de produtos como o arroz, feijão, milho, e que em pouco superam a safra do ano passado.

Por consequência, cobre-se de razão o nobre Deputado do PDT, Deputado Rafael Greca, quando fala em seu discurso que no Paraná corre o rio de soja e trigo, através da BR-277, desembocando em Paranaguá. Mas, tem razão também o agricultor, quando reclama do preço que está no Paraná a NCz\$ 15,50 a saca e a mesma soja, produzida no mesmo Paraná, que corre através desse mesmo rio, mas via Paraguai, ganha o preço de NCz\$ 43,00 a saca. Tem razão, também, portanto, nosso Secretário de Finanças quando diz que o ICM gerado por este mesmo soja não é suficiente para melhorar o salário do funcionalismo público, pois o ICM sai do valor da comercialização que está sujeita a uma política cambial do nosso Governo Federal, que precisa de dólar para pagar a dívida externa. Precisa de dólares a preços irreais para pagar a dívida que foi contraída nos vinte longos anos do jejum democrático e agora quando se anuncia uma tabela para o trigo de NCz\$ 10,50 a saca, enquanto que se cobra NCz\$ 15,00 a saca da ração animal, o agricultor mais uma vez vê o seu esforço ser reduzido tanto para ele como para o Estado. Aquilo que acontece ao nosso pequeno agricultor, aquilo que acontece aos nossos empresários tem o seu reflexo imediato no Estado, portanto não há alegação de que temos uma super safra, isso não significa evidentemente que estejamos vivendo num mar de rosas, nadando em dinheiro.

Tem o aparte o nobre Deputado Valderi Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Agradeço a Vossa Excelência pela oportunidade desse aparte e parabenizo-o pela sua preocupação com os agricultores do Paraná, em especial os pequenos agricultores do Paraná, porque, nobre Deputado, nós temos atravessado neste Estado e nesta Nação, dificuldades em todos os setores e como bem disse Vossa Excelência, a veia mestre, a manutenção desta Nação, é a agricultura e nós não temos neste País ainda uma política necessária, uma política global, para que realmente se aumente, efetivamente, a produção do nosso Estado e fazer com que seja valorizado o produto do nosso agricultor. Vossa Excelência mencionou a respeito do preço da soja no Brasil e no Paraguai, mas o soja é nosso mesmo, é o mes-

mo soja, ele não chega a entrar no Paraguai, só a nota vem de lá e o preço já é menor, isso faz com que nossas autoridades relacionadas com Comércio Exterior saibam realmente conduzir o processo. Nós não temos uma política agrícola, porque não há como o agricultor saber o que ele deve plantar, naquele ano, quando nós tínhamos que ter esta orientação. Tem excesso de soja no mercado internacional, diminui o plantio de soja, planta algodão, planta milho, planta feijão e o que ocorre? Ocorre exatamente o inverso, como ocorreu este ano, incentivaram o plantio de algodão e o algodão teve seu preço majorado em função do mercado internacional. Falta para o nosso País, seriedade na condução do projeto agrícola e eu parabenizo Vossa Excelência por trazer à tribuna desta Assembleia, matéria de tão alto interesse que muitas vezes é relegada a segundo plano.

Era isso, nobre Deputado, muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço a sua adesão ao nosso discurso e devo dizer, portanto, de que a realidade do Paraná, a realidade econômica e financeira do nosso Estado, como o Paraná não é uma ilha de prosperidade, é o reflexo de uma política nacional que realmente merece profundas mudanças, principalmente no campo político e econômico, e quando dizia ontem na introdução de nosso discurso de que a nossa luta, a resistência à ditadura para implantar a democracia, exatamente nós queremos levar à democracia, não só política que é fundamental, mas através dela uma democracia econômico-social.

Portanto, nós só chegaremos a esta democracia econômico-social se nós realmente nos debruçarmos sobre dados reais da nossa realidade. De nada adianta falar que o Paraná produz tantas milhões de sacas. Isto ainda não quer dizer que nós estejamos com todos os recursos para poder atender às demandas, seja do reajuste salarial dos funcionários, seja as demandas por obras que necessita o nosso agricultor que produz estas riquezas.

Mas o Brasil, continuando, Sr. Presidente, segurou irresponsavelmente a comercialização de grãos este ano, e devido a isto deve perder em torno de 500 milhões de dólares em divisas, o que em muito representará para o setor e para o próprio Governo. Isto tudo tem um nome, escândalo, e este escândalo é de responsabilidade do Governo Federal e ao mesmo tempo de cada um de nós. Adianta aumentar a produção se os ganhos reais são cada vez menores? E ganhar cada vez menos é um reflexo desses escândalos, não só da irresponsabilidade política. E é exatamente as falcaturas, as corrupções que andam soltas é que o Gover-

nador do Estado do Paraná, às vezes bem sucedido, às vezes mal sucedido, porque também não podemos endeusar a justiça, o Poder Judiciário como sendo a última palavra, como bem dizia o Deputado Valderi Vilela que o Governador ao perder uma causa na Justiça, isto não significa que ele não tenha se esforçado em exatamente evitar, pelo menos no âmbito do Governo do Paraná, os escândalos, os demarrios, as falcas que aconteceram agora quando o Governo Federal atrasa vergonhosamente a exportação do soja e faz com que percamos 500 milhões de divisas.

É de Governadores como este, como o Governador do Paraná, é que precisamos também na Presidência da República, porque não adianta apenas querermos a democracia política se com ela não sabemos o que fazer.

Para ressaltar ainda mais este tipo de irresponsabilidade e até mesmo de falcatrua, lembro que a nível interno, a malandragem continua grassando e a população é o alvo fácil e direto, pois está à mercê de autoridades incompetentes e desligadas da realidade nacional. Aqui no Paraná a situação não anda diferente, pois é estarecedora a situação que vem ocorrendo.

Esta denúncia foi feita pelo Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, pessoa que merece todo o respeito e admiração e deixa claro que os escândalos na área da comercialização de produtos agrícolas continuam e de forma vergonhosa. O privilégio que vem ocorrendo para algumas empresas de parte da CFP - revolta e ao mesmo tempo exige que se tome uma posição firme e enérgica, pois não é possível que tais fatos ocorram. Caso do feijão - cerca de oito mil toneladas, que foram vendidas a preços especiais para determinadas empresas, onde o explorado é o povo. Citam também em sua denúncia, o Secretário da Agricultura, o caso da uréia, que a Petrofertil está impondo aos produtores do Paraná com a produção na Bahia.

São alguns casos apenas, para refrescar a memória das autoridades a nível federal. É preciso urgentemente medidas saneadoras, fiscalizadoras e altamente incorruptíveis para acabar com essa onda de desrespeito ao público em geral, principalmente, no caso, aos produtores paranaenses que estão sendo usados por artimanhas da CFP em cima das suas próprias safras.

O Estado do Paraná também sofre diretamente com a espoliação do agricultor, pois somos um Estado cujo oxigênio econômico está no campo agrícola. E a responsabilidade do caos da política agrícola não é do Governador Álvaro Dias, contra quem a Oposição derrama a sua ira e destila seu ódio.

Com isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras, ressaltando mais uma vez que as xingações, as injustiças, os impróprios contra o Governador Álvaro Dias quando aqui as galerias estavam lotadas, a maioria delas são injustiças que se faz contra um homem que está realmente levando a sério o Governo do Estado e principalmente no tocante a moralização.

É por isso que quando a justiça se pronuncia dizendo que não obsta em qualquer funcionário, se alegra a Oposição.

Não deveria alegrar-se. Deveria entristecer-se porque nós não podemos também endeusar o Poder Judiciário que também está formado por homens pecadores como qualquer um de nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O nobre Deputado José Rogério Carvalho está com a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Vim a esta tribuna registrar neste espaço de tempo para aqui externar o meu descontentamento, ao ver registrado num dos jornais mais importantes deste Paraná, jornal que forma a opinião pública, "Correio de Notícias", vir estampado o meu nome, estampado o nome do nobre Deputado Paulino Delazeri, os dois tucanos que votaram pela manutenção do veto do Sr. Governador Álvaro Dias na questão do reajuste do funcionalismo público deste Estado.

Venho aqui para esclarecer que a nossa posição mesmo respeitando o processo, o instrumento da votação secreta, que a mim, a mim pessoalmente, não pareceu transparente, não transpareceu cristalina, porque as votações desta Casa todas elas deveriam ser - já que é de interesse público, já que é de interesse do povo paranaense - votação aberta e não secreta. Mas, mesmo assim, não concordando com a votação secreta, tenho a esclarecer aos nobres companheiros, venho esclarecer ao Sr. Presidente e, principalmente ao funcionalismo público, e não só esclarecer, mas aqui fazer um testemunho que essa personalidade, o meu nome, eu tenho um caráter firme porque pertencço a uma Bancada que tinha fechado questão em cima desse reajuste para que realmente derrubássemos esse veto.

Sr. Presidente, abalou este Deputado pela forma como querem denegrir, como querem chegar, que forma estão usando para, talvez criar um foco de desentendimento na Bancada do PSDB que é uma Bancada unida, que vota junto, séria. Eu sei que é difícil carregar o veto do Governador, eu sei que é difícil não reconhecer as perdas salariais do trabalhador. Isto é difícil para alguns, mas nós fomos com personalidade

e votamos pela derrubada do veto. Essa é a nossa posição. Fica aqui bem claro para os interesses escusos desta Casa, de alguém que não sabe carregar esse difícil monstro que é o Governo. Realmente é vergonhoso carregar esse Governo, mas a mim me é leviano levar a proposta e reconhecer as perdas salariais de todo trabalhador do Paraná.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Meu caro Deputado José Rogério, a notícia publicada em que me causa indignação, a justa indignação de que se vê atingido na sua consciência. Eu peço aqui o testemunho público da posição da Bancada do PSDB ratificando as suas palavras. A Bancada Tucana é de 6 Deputados, foram 6 votos contra a política salarial do Governador Álvaro Dias, foram 6 votos a favor do funcionalismo público. A nota tem um interesse: gerar a incompatibilidade dentro da Oposição e especialmente na Bancada do PSDB. O PMDB que deu 22 votos a favor do Governador e contra o funcionalismo, dois dos quais nulos porque marcados, poderiam ter contribuído pela derrubada do veto. Não é com a notinha mentirosa, e eu espero que a ilustre jornalista Débora - de bom conceito jornalístico, reconheça a injustiça que cometeu e fará o devido reparo nisso.

Esse é o respaldo daquela sessão histórica. O momento em que Vossa Excelência fala com a indignidade justa é a mesma indignidade, esta quase que enlouquecida, das galerias que aqui compareceram e testemunharam o não ao pão na mesa, o não ao arrocho, ao feijão, o não à dignidade do cidadão e do seu salário. Esta indignidade é a mesma daquela que eu falava na tribuna: é daquela esperança enlouquecida dos filhos dos funcionários.

É uma notinha pequena, mas tem o sentido de dar um recado divisionista, de jogar o comportamento de Vossa Excelência, como tucano, como membro da Oposição, como voto consciente de tentar jogar explicações na sua base eleitoral. Vossa Excelência não vai precisar explicar isso. Vossa Excelência sabe que as pessoas ligadas politicamente a Vossa Excelência, ao povo do Sudoeste, sabem do seu comportamento, do testemunho do seu trabalho nesta Casa e principalmente, o meu testemunho, porque lá, na votação, e era compromisso da Oposição, os votos eram mostrados antes de serem colocados na urna e eu vi o seu voto, como vi de muitos companheiros, testemunhando que o momento era importante para o funcionalismo, daí porque esse meu testemunho claro de que o seu voto foi a favor do funcionalismo, contra este Governo

que é contra o salário do funcionário.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço as palavras do nosso Líder e concedo, pela ordem, aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Nilton Barbosa - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Traz dúvidas a declaração do ilustre Parlamentar, Líder da Bancada Tucana, Deputado Nereu Massignan, porque até traz dúvidas com o voto do companheiro José Rogério, pela tribuna. Deve ser voto nulo porque o Líder viu o voto de toda a sua Bancada.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu vi o voto dele e vi o voto de muitas pessoas, Deputado. Muitos Deputados conscientemente mostraram o seu voto porque não tinham vergonha de mostrar o voto a favor do salário do funcionário.

O Sr. Nilton Barbosa - É o questionamento, Sr. Presidente. Vossa Excelência sabia que vai ser cobrado pelos funcionários públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai definir a questão de ordem.

O Sr. Nilton Barbosa - O fiscal do voto da Bancada "Tucana" está nervoso, Sr. Presidente.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu estou tão indignado quanto os funcionários com o seu voto.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência sabe qual foi o meu voto?

O Sr. Nereu Massignan - Vossa Excelência tem até vergonha de dizer qual foi o voto, mas eu sei qual foi o seu voto.

O Sr. Nilton Barbosa - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não tenho vergonha de dizer o meu voto, porque não vejo carregar monstro como diz o Líder.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência votou a favor do funcionário ou contra o funcionário?

O Sr. Nilton Barbosa - O Deputado Líder da Bancada "Tucana" nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)

O Sr. Nilton Barbosa - Só para concluir a questão de ordem, Sr. Presidente. Há tempos que os funcionários públicos vêm recorrendo à melhoria de salários. O nobre Deputado quando fez parte do Governo do PMDB, que foi Chefe de Gabinete da Casa Civil do então Secretário Dr. Euclides Scalco, por muitas vezes deixou de ouvir as reivindicações do funcionário público. Ele se esquece até...

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência participou do Governo Richa e renega o Governo de que participou. Eu não renego. Na Casa Civil, naquela época, as portas sempre estiveram abertas.

O Sr. Nilton Barbosa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)
Está com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Sr. Presidente, o nobre Líder deve estar nervoso. Alguma coisa deve estar acontecendo. É o desespero de ver que o tucano não decola, o tucano não sai do ninho e ele está desesperado.

Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu não renego a minha participação no Governo José Richa. Eu fiz parte do Governo José Richa, com muito prazer. Estou dizendo que o nobre Líder da Bancada "Tucana" nesta Casa, não via na época, que os funcionários também reivindicavam melhores salários.

O Sr. Nereu Massignan - Eu tinha que reavivar a sua memória, para confessar que participou do Governo Richa.

O Sr. Nilton Barbosa - Não, não. Eu não preciso que Vossa Excelência reavive a minha memória de vossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)
Continua com a palavra o Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu tinha feito um aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, Sr. Deputado José Rogério.

Assisto ao clamor ainda da Oposição, ainda em tentar obstar aquilo que com graça e beleza, com sustentação maravilhosa,

a Oposição tornou público quando aqui nesta Casa de Leis, votou o veto do Governador.

Eu deveria a rigor, ocupar a tribuna no dia de ontem, para fazer uma observação, uma análise, uma avaliação como eu entendi o resultado daquela sessão. Não fiz porque fui levado à 2.^a Secretaria, administrei a sessão, não pude, naturalmente, usar a tribuna. Mas o faço agora um pouco aborrecido, chateado, quando vejo também uma nota e como muito bem disse o companheiro Nereu Massignan, uma nota maldosa, de forma tendenciosa, no sentido de tentar denegrir todo o trabalho da Oposição. E, de forma sub-reptícia, naturalmente, quis tirar o mérito de todos nós, e no clamor, no afã de sustentar uma posição contrária à posição do Governador, ali tornando público mais uma vez a manifestação de todos nós.

É lastimável que nesta Casa ainda alguém queira tentar denegrir da forma com que nós assim sustentamos, de sorte que, José Rogério, confio em você, todos nós confiamos em você, não há razão por que se preocupar. Alguém de forma maldosa, tendenciosa, sub-reptícia, quis, naturalmente, confundir.

Nós ganhamos! Perdeu o Governador! Fizemos 27 votos contra 20. De sorte que, estamos de parabéns. Confio em você, parabeno-o e até acho dispensável que se preocupe com isso.

Era isso, companheiro.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Muito obrigado, companheiro.

Gostaria de requerer à Presidência um espaço a mais, para poder ceder um aparte ao Líder Valderi Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo está esgotado, mas nós também gostaríamos de ouvir o nobre Deputado.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado José Rogério, a nossa Bancada do PDT, nesta Casa, quer expressar a Vossa Excelência a nossa convicção firme sobre a sua posição tomada ontem, sua e do Deputado Paulino Delazeri, digo, antes de ontem, em relação à derrubada do veto de Sua Excelência, o Governador do Estado.

Esse é o Governo e os homens que controlam o nosso País.

Dizia, o Deputado Kirinus, que gostaria de ver o Governador Álvaro Dias, por exemplo, governando o País da forma que governa o Paraná.

Já pensou o que seria do funcionário público deste País se ele fosse o Governador, se nós os Deputados que não sabemos fazer Constituição, estamos votando matéria inconstitucional. Se se manda veicular

na imprensa deste Estado - não estou afirmando que partiu do Palácio Iguazu - tal afirmação para denegrir a imagem de um Deputado sério como Vossa Excelência. Isso não é democracia! Isso é bagunça! Isso não tem explicação!

Por isso, a nossa Bancada, a Bancada do PDT, quer se congratular com Vossa Excelência. E, dizer que sabemos de público que tanto Vossa Excelência quanto o Deputado Paulino Delazeri, e os Deputados que realmente assumiram um compromisso de votar a favor do funcionário público, cumpriram com suas obrigações. Se teve voto que tenha furado, foi da Bancada do lado de lá, que prometeu votar com o funcionalismo e não votou. Agora, querem jogar nas suas costas e nas costas do Deputado Paulino Delazeri tal afirmação.

Como disse o Deputado Nereu Massignan, quem faz, assume. Nós, do PDT, assumimos a nossa posição, de votar contra o Governador nessa matéria, e votamos: os quatro Deputados do PDT e mais o Deputado Paulo Furiatti, que também está ingressando no PDT, de forma coesa, junto com os demais Partidos de Oposição, nesta Casa, dos quais Vossa Excelência e o Deputado Paulino Delazeri fazem parte.

Por isto, temos certeza da sua atuação firme neste Parlamento.

Era isso, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, com isto encerro e agradeço a gentileza por ter nos estendido um pouquinho mais o tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs. 206/86 e 121/86, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 206/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de Ouro Verde do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Toledo e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por una-

nimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovada a Emenda Substitutiva Geral, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 121/86, de autoria dos Deputados NILSO SQUAREZI e EDGARD PIMENTEL, que cria o Município de Ibema, com território a ser desmembrado do Município de Catanduvas e divisas do atual Distrito Administrativo, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 121/86 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de IBEMA, com território desmembrado do Município de CATANDUVAS, com sede na localidade do mesmo nome, e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na cabeceira do arroio Mato Queimado, desce por esse observando a divisa dos Municípios de CATANDUVAS E GUARANIAÇU, até a barra dos rios Isolina e Belarmino; nesse ponto segue por uma linha seca, até encontrar a barra do arroio Guará com o rio Adelaide; sobe por este rio até a sua cabeceira e daí segue pela divisa do imóvel Colônia Murilo até a estrada Federal BR-277; nesse ponto segue pela referida estrada no sentido da Cidade de Cascavel até o seu cruzamento com a linha de divisa com o Município de GUARANIAÇU; daí segue por esta divisa no sentido da Cidade de Guaraniaçu até a cabeceira do Arroio Mato Queimado, ponto de partida."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.86.

(aa) NILSO SQUAREZI
EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores de IBEMA em ver o seu distrito elevado à condição de Município é claro e conhecido, demonstrado inclusive no Manifesto anexo do Prefeito Municipal de CATANDUVAS, Município do qual é parte integrante na atualidade.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores da atividade daquela comuna, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de IBEMA serão potencializados com a criação do Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal, e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses do nosso

Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, que temos certeza, merecerá a aprovação desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 121/86

PARECER:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de Município o Distrito Administrativo de IBEMA, desmembrado do Município de Catanduvas.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local correu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel Município.

Retorna, agora, o projeto de lei a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Assim sendo, cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO:

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 279/88, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que dá nova redação a Lei n° 8060, de 26.12.84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO SYDNEI ANTÔNIO - ACCRESA, que passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 319/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DO NÚCLEO CRISTO REI, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 05/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO TALENTO MUSICAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 19/89, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS KATÁ SHUBU-DÔ-RYU, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 22/89, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a APAM- ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO À MENINA, de Ponta Grossa- Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 53/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE HANDEBOL, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 71/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE JARDIM ALTO DA CRUZ III, com sede em Colombo e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 77/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA FARMÁCIA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 91/88 (Mensagem n° 82/88- Ex-Proposição n° 77/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data de 31.05 e 07.04, do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração e aperfeiçoamento do jovem do campo. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 92/88 (Mensagem n° 83/88- ex-Proposição n° 78/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, com os objetivos que

especificam. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 93/88 (Mensagem nº 93/88, ex-Proposição nº 90/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios, datado de 18 de julho do corrente ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiamento de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC URBANO. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 94/88 (Mensagem nº 94/88- ex-Proposição nº 91/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprovam os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 58/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de Lindoeste, com território desmembrado do município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Transferida a 2ª Discussão para Segunda-Feira.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/87, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE, GERNOTE KIRINUS e outros, que cria o Município de Santa Tereza do Oeste, com território desmembrado dos municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Transferida a 2ª Discussão para Segunda-Feira.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DO SI-MÃO, com sede e foro no Município de Guaruapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/89, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE INQUILINOS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - CENIBRA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL NOSSA ESCOLA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de PINHAIS, com território desmembrado do município de Piraquara e divisas do atual Distrito Administrativo. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 130/86, de 11.12.86).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que institui o "Dia do Transportador Paranaense". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 07.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 31/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, visa instituir o Dia do Transportador Paranaense.

A exemplo de outras categorias profissionais que têm a sua data comemorativa,

pretende o autor homenagear a valorosa classe dos transportadores. Nada mais justo e oportuno, uma vez que representam eles a mola propulsora deste País.

No âmbito desta Comissão, à qual compete o julgamento da legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação do Projeto de Lei nº 31/89.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;

GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 31/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade instituir o Dia do Transportador Paranaense.

A proposta em análise, reveste-se de justiça e oportunidade, uma vez que esta valorosa classe representa a mola propulsora desta Nação. Além disso outras categorias profissionais apresentam sua data comemorativa.

No plano da constitucionalidade e legalidade, a matéria não apresenta óbices que possam vir a prejudicá-la, vindo a merecer parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, conforme o disposto no artigo 53 do Regimento Interno desta Casa, entende que nada existe que possa vir a prejudicar o andamento normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.89.

(aa) ACYR MEZZADRY - Presidente;

JOSE FELINTO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 91/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 44/89), que concede pensão mensal a MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 26, de 24.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 91/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, origina-se

da Mensagem Governamental nº 41/89, que visa conceder a Marlene Zielonka, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários mínimos de referência, deixando esta de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

A medida é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuna, pois visa assegurar meios de sobrevivência à viúva do Sr. Antônio Alceu Zielonka, recentemente falecido, quando ainda no desempenho do mandato de Prefeito de Piraquara, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Por outro lado, a iniciativa está plenamente de acordo com os dispositivos constitucionais, uma vez que a matéria ora proposta é de competência do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, como dispõe o artigo 25, § 1º, letras A e C, da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, e não existindo óbice algum para sua regular tramitação e consequente aprovação do presente plano de lei, manifestamos o nosso parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria, pelo alto teor humano nela contido.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Requerimento de nº 1040, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1038, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1039, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1051, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1049, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1050, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1042, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1047, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 1048, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1046, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1045, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1044, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1043, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1041, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1053, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1052, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Usamos a palavra Pela Ordem para anunciar a presença neste Plenário do Prefeito e Vice-Prefeito de Manoel Ribas, respectivamente o Senhor Geraldo Ari Bens Viller e o Senhor Ernani Iansen.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Pela Ordem o Senhor Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela Ordem, gostaria apenas de saber se os dois requerimentos apresentados por nós e pelo Deputado Nereu Carlos Massignan, foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esses requerimentos independem de aprovação do Plenário no período ordinário. Há um Regulamento Interno da Constituinte e serão ne-

cessários 14 assinaturas, para que a Presidência convoque a sessão especial da Constituinte.

Vossa Excelência terá o requerimento de volta, e na sessão de segunda-feira, se Vossa Excelência conseguir as assinaturas,...

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Pela Ordem o Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Quero registrar a presença nesta Casa dos Vereadores de Xambrê, Senhor Trajano e Luciano.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Pela Ordem o Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - O Projeto que pune os Deputados faltosos no regime de urgência, não necessita das assinaturas Senhor Presidente? Eu gostaria de saber se foi arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Vossa Excelência tivesse prestado atenção na votação, esse requerimento foi aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 206/86, 327/88, 16/89, 34/89, 88/89, 99/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 121/86, 271/86, 58/87, 133/87, 31/89, 91/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 01 DE JUNHO DE 1989.

DESFALQUE NO IAM

ULTRAPASSA CZ\$ 10 MILHÕES

Fonte do governo revela que "rombo" no ex-IAM, hoje FASPAR, excede os Cz\$ 10 milhões. Dentro de 20 dias o Governo aponta os dados oficiais.

Luiz Carlos Rizzo

(Maringá) - Deve exceder a Cz\$ 10 milhões o desfalque descoberto no extinto Instituto de Assistência ao Menor - IAM, conforme os primeiros levantamentos da Comissão de Sindicância, nomeada pelo governador Álvaro Dias. A informação revelada por alta fonte do escalão governamental, vai além, acusando o ex-presidente do órgão, Nelson Sperandio, diretamente, pelo desvio de alimentos: farinha de trigo e carne. Dentro de 10 a 20 dias, os resultados das investigações serão revelados à opinião pública, oportunidade em que - a exemplo de situações anteriores - poderá ser pedida inclusive a prisão administrativa, não só de Sperandio como também dos demais implicados até que os prejuízos sejam ressarcidos.

A sindicância acusa o ex-presidente do IAM de montar uma verdadeira "indústria de emissão de notas frias". Toneladas de farinha de trigo que jamais chegaram à entidade assistencial - em quantidade ainda não apurada com exatidão - foram pagas ilegalmente, o mesmo acontecendo com grandes lotes de carne, em operações fantasmas. O esquema era simples: as notas fiscais chegavam ao órgão, eram pagas e supostamente o dinheiro dividido entre as partes implicadas.

Há, por outro lado, um "caixa 2" envolvendo milhões de cruzados e difíceis de serem contabilizados tecnicamente por se tratar justamente de falcatura onde dificilmente serão exibidas provas. "De qualquer forma, numa primeira estimativa, acreditamos que o rombo deve ultrapassar a Cz\$ 10 milhões", revela a fonte a "O Estado", sucursal maringaense. A Comissão de Sindicância, composta por cinco membros, envolve não apenas o ex-Presidente Nelson Sperandio, como também alguns funcionários do alto escalão da ex-entidade assistencial.

Na atualidade, após a fusão do IAM e do PROMOPAR, criando-se a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, são gastos um quinto dos valores anteriores para atendimento de maior demanda em relação à distribuição de pães às entidades beneficiadas. De acordo com o informante, as irregularidades agora constatadas não abrangem apenas a administração do ex-presidente do IAM. "São vícios antigos que ainda atingem, não apenas à administração passada, como também as anteriores, revelou, lembrando que, após a divulgação do desvio em caráter oficial, não está afastada a possibilidade de o governador Álvaro Dias pedir a prisão administrativa não só de Sperandio, como também dos demais implicados.

O ex-presidente do IAM teve seu nome cogitado para a direção geral da Secretaria

Extraordinária de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. Porém, acabou sendo vetado diretamente pelo Palácio Iguaçu, após "ponta do iceberg" da corrupção começar a aparecer. O secretário Ascêncio Garcia Lopes, conhecendo o problema, acabou preterindo o nome de Sperandio."

GOVERNO DEMITE IMPLICADOS EM IRREGULARIDADES NO IAM

CURITIBA (Da Sucursal) - A Secretaria do Trabalho encaminhou à Secretaria de Administração, um pedido para demissão de cinco dos oito envolvidos no rombo de quase cinco milhões de cruzados contra o antigo Instituto de Assistência ao Menor - IAM, hoje Fundação de Ação Social do Paraná.

A auditoria aberta no antigo IAM, no dia 09 de junho passado, foi concluída nesta terça-feira e os resultados comprovando existência de desvio de alimentos, caixa dois e manipulação das cadernetas dos menores atendidos pela instituição, servirá agora como base para abertura do inquérito policial para indiciamento dos envolvidos.

Nesta leva de demissões, receberam as contas Nelson João Sperandio, ex-Superintendente do IAM, já aposentado e que deverá agora perder a aposentadoria; Jaime Nalim Duarte Leal, que atualmente era funcionário da Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, José Amílcar de Lucca, que estava na Secretaria da Administração e Oscar Antônio Gloss, da própria FASPAR. Ainda esta semana, deve sair a demissão também de Aldevir Antônio Macioski Martins e Moisés Ribeiro Batista, já haviam sido demitidos logo após a descoberta das fraudes do IAM.

Uma vez demitidos do Estado, eles responderão a processo criminal.

CARNE E POUPANÇA

A sindicância encerrada nesta terça-feira constatou praticamente todas as irregularidades que já haviam sido levantadas por três auditorias internas no IAM, realizadas a partir de abril. Segundo o Procurador Geral do Estado, Wagner Pacheco, de todos os crimes cometidos no IAM, o que mais causa revolta é a manipulação das cadernetas de poupança dos meninos artesãos. E que o dinheiro apurado com a venda dos produtos fabricados pelos menores atendidos pelo IAM, por lei deveriam ser depositados em cadernetas de poupança.

O dinheiro das cadernetas engordava o caixa 2, caracterizado com a abertura de quatro contas correntes na agência BANESTADO Batel e não contabilizadas no IAM. As contas foram abertas em 1985 e os cheques depositados eram assinados por Nelson Spe-

randio.

A sindicância apurou ainda o desvio de alimentos, principalmente carne, que deveria ser destinada aos menores do IAM. Ontem, não foi possível verificar a quantidade exata de carne desviada, constatada na investigação, mas a primeira auditoria realizada em abril mostrou o desvio de 12 toneladas, num valor estimado, à época, em Cz\$ 720 mil. Folha de Londrina.

"GOVERNADOR ANUNCIA RESULTADO DA SINDICÂNCIA

Na entrevista de ontem, o governador anunciou também que ficaram comprovados desmandos administrativos e falta de contabilização no IAM - Instituto de Assistência ao Menor, além do caixa 2 na instituição. Por isso, a comissão que apurou esse escândalo pediu que sejam rescindidos os contratos dos funcionários celetistas envolvidos e processo administrativo para os demais que participaram do caso.

De acordo com a comissão de sindicância, foram apontados como responsáveis pelos fatos Nelson Sperandio, Jayme Nalim Duarte Leal, Delciro Pereira Garrido, Oscar Antônio Kloss, José Amílcar de Lucca, Juarez Martins, Moisés Ribeiro Batista e Altevir Antônio Macioski. No caso dos funcionários envolvidos que não são celetistas, foi determinado processo administrativo.

O governador terminou a entrevista no que diz respeito aos escândalos apurados informando que ficou comprovado no entreposto da CEASA, em Umuarama, um desvio de Cz\$ 593.460,00 que seriam destinados para o Programa de Compras Comunitárias. Nesse caso, foi determinada a prisão administrativa do único funcionário envolvido, Ary Mantela.

"GOVERNADOR ANUNCIA RESULTADO DE SINDICÂNCIA: IAM, IPE e CEASA"

O governador Álvaro Dias anunciou ontem o resultado de três sindicâncias instauradas para averiguar irregularidades no Instituto de Assistência ao Menor - IAM, Instituto de Previdência do Estado - IPE e Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA.

No caso do IAM, a sindicância ainda não está totalmente concluída e a partir de agora será encaminhado processo administrativo para determinar a responsabilidade de todos os funcionários envolvidos e posteriormente enviado à Delegacia de Crimes contra a Administração Pública.

No relatório apresentado, a comissão demonstra que ocorreram desmandos nas administrações anteriores, falta de contabi-

lização dos recursos arrecadados, negligência ao controle dos bens pertencentes ao patrimônio do Estado, uso indevido de dinheiros públicos, desvio de farinha de trigo e carne, comercialização de produtos manufaturados por internos e setores industriais do IAM, através da JOVIAM, sem contabilização e sonegação de documentos.

Os funcionários responsáveis são Nelson João Sperandio, Jayme Nalim Duarte Leal, Delciro Pereira Garrido, Oscar Antônio Kloss, José Amílcar de Lucca, Juarez Martins, Moisés Ribeiro Batista e Altevir Antônio Macioski. A comissão pediu a rescisão de contrato de trabalho dos envolvidos e a instauração de processo administrativo. Não foi solicitada a prisão administrativa porque durante os quinze dias de trabalho não foi possível apurar o total do dinheiro desviado.

IPE E CEASA

No caso da CEASA de Umuarama, Ari Mantela, funcionário encarregado do armazém, já teve sua prisão administrativa requerida. Ele foi considerado responsável pelo desvio de Cz\$ 593.460,00, provenientes dos recursos destinados para as compras comunitárias para favelados e bôias-frias da região.

A sindicância do IPE apurou que houve uma tentativa fraudulenta de incriminar o diretor-superintendente do órgão, Waldemar Allegretti, como responsável pela distribuição, por critérios de apadrinhamento político, de residências no conjunto habitacional Ruy Allegretti, em Maringá.

Segundo o laudo de exame do Instituto de Criminalística do Estado, o bilhete apresentado como prova do envolvimento do superintendente tem uma assinatura falsificada por imitação livre, "que infere um acentuado ar de inidoneidade documental."

A responsável direta pelas denúncias contra Waldemar Allegretti, Jussara Cortes Volpato, Coordenadora do IPE de Maringá, já foi demitida por justa causa, bem como os funcionários também envolvidos, Oldemar Mussi Júnior e Gilza Strachman.

Segundo o governador Álvaro Dias, o diretor do IPE é um homem "digno e honrado" e em nenhum momento teve qualquer dúvida a respeito de sua conduta. Para ele, é preciso "preservar os homens de bem, iguais a Allegretti, que inclusive está autorizado a tomar providências legais em sua defesa, em razão dos prejuízos morais resultantes da falsa denúncia em que foi envolvido."

O governo já encaminhou o resultado da sindicância ao Ministério Público para correção das injustiças.

Segundo Álvaro Dias o governo vai reabrir as inscrições para os sorteios da casa própria, tanto do IPE quanto da COHA-

PAR. "E para que não haja qualquer dúvida sobre a lisura na distribuição de moradias, elas serão feitas publicamente, abertas a todos os interessados", afirmou.

GOVERNADOR DIVULGA RELATÓRIO SOBRE O ESCÂNDALO DO IAM"

Desmandos administrativos, falta de contabilização de valores arrecadados e negligência no controle de bens pertencentes ao patrimônio do Estado, são alguns itens que fazem parte da extensa lista de irregularidades constatadas no Instituto de Assistência ao Menor (IAM) pela Comissão de Sindicância. O relatório final desta comissão foi divulgado ontem pelo Governador Álvaro Dias, que encaminhou à Delegacia de Crimes contra Administração Pública para posterior envio ao Ministério Público, onde serão tomadas as providências judiciais cabíveis.

A Comissão de Sindicância apurou ainda que houve uso indevido de numerário que deveria adentrar aos cofres do Estado; comercialização de produtos manufaturados por internos e por setores industriais do IAM, através da Joviam, sem que houvesse contabilização e com o uso indevido de despesas públicas para este fim; desvio de farinha de trigo; e recebimento de produtos de péssima qualidade (carne bovina) e em menor quantidade daquela efetivamente adquirida. Os responsáveis por essas irregularidades são Nelson Sperandio (ex-Presidente do IAM) e os servidores Jayme Nalim Duarte Leal, Delciro Pereira Garrido, Oscar Antonio Kloss, José Amílcar de Lucena, Juarez Martins, Moisés Ribeiro Batista e Altevir Antônio Macioski. Para os servidores celetistas foi pedida a rescisão de contrato de trabalho e os demais serão enquadrados em processo administrativo. A prisão administrativa não foi solicitada pelo Governo porque ainda não foi levantado o total das verbas desviadas.

IPE e CEASA

Álvaro Dias anunciou também o resultado da sindicância no Instituto de Previdência do Estado (IPE), em Maringá, onde através do laudo de exame documentoscópico, os peritos do Instituto de Criminalística provaram que a assinatura do superintendente do IPE, Waldemar Allegretti, em bilhetes dirigidos à coordenadora regional do órgão em Maringá, Jussara Cortes Volpato, foi falsificada. Nesses bilhetes, havia pedidos para contemplar, determinadas pessoas com apartamentos no Conjunto Ruy Allegretti, em Maringá. Segundo o Governador, Allegretti "foi vítima de uma tentativa de vingança pela verdadeira responsável por todas as irregularidades apontadas no

IPE.

O governo encaminhará o resultado da sindicância para o Ministério Público para que sejam tomadas as providências, inclusive, para que se descubra a pessoa responsável pelas assinaturas falsificadas. De concreto, o governador anunciou as demissões, por justa causa, de Jussara Cortes Volpato e sem justa causa dos funcionários Oldemar Mussi Júnior e Gilza Strachman. Álvaro Dias disse ainda que as inscrições para aquisição dos apartamentos naquele conjunto residencial serão reabertas e será promovido um sorteio público dos imóveis.

Outra sindicância terminou seus trabalhos; a que apurava irregularidades na CEASA de Umuarama. A comissão concluiu que houve um desvio de Cz\$ 593.460,00 no órgão. Esses recursos deveriam ser destinados a compras comunitárias, cujo objetivo é atender a comunidade carente do município, principalmente favelados. Foi decretada a prisão administrativa de Ari Mantella, funcionário encarregado do armazém da Ceasa em Umuarama.

ESTADO DO PARANÁ 07.07.87

Foi anunciado ontem à tarde pelo governador Álvaro Dias, o resultado a que chegou a comissão de sindicância que apurou o escândalo no IPE (Instituto de Previdência do Estado), e que concluiu pela "inexistência" de qualquer irregularidade por parte do atual superintendente do Instituto, Waldemar Allegretti. Essa mesma comissão determinou a demissão, por justa causa da coordenadora regional do IPE, em Maringá, Jussara Volpato, além das demissões sem justa causa dos funcionários Oldemar Mussi e Gelsa Strachman.

O relatório da comissão de sindicância foi apresentado pelo governador baseado em exames grafotécnicos do Instituto de Criminalística do Paraná, que asseguram não ser de Waldemar Allegretti a assinatura nos bilhetes para favorecimento de pessoas para adquirir apartamentos pelo IPE.

De acordo com Dias, ainda não há a comprovação do responsável pela falsificação do nome de Waldemar Allegretti, aliás, disse o governador, uma "falsificação absolutamente grosseira".

Durante todo o tempo em que o governador anunciava os resultados do relatório da comissão de sindicância do caso do IPE, o atual superintendente do órgão, Waldemar Allegretti, permaneceu quieto e com o semblante sério, o que só mudava quando recebia alguns cumprimentos como os dos Deputados José Felinto e Raul Lopes, ambos do PMDB.

"Waldemar Allegretti foi vítima de uma tentativa de vingança", disse Álvaro Dias, acrescentando que nunca duvidou da idonei-

dade do superintendente do IPE.

IAM e a CEASA

Na entrevista de ontem, o governador anunciou também que ficaram comprovados desmandos administrativos e falta de contabilização no IAM - Instituto de Assistência ao Menor, além do caixa 2 na instituição. Por isso, a comissão que apurou esse escândalo, pediu que sejam rescindidos os contratos dos funcionários celetistas envolvidos e processo administrativo para os demais que participaram do caso.

De acordo com a comissão de sindicância, foram apontados como responsáveis pelos fatos, Nelson Sperandio, Jayme Nalim Duarte Leal, Delciro Pereira Garrido, Oscar Antônio Kloss, José Amílcar de Lucca, Juarez Martins, Moisés Ribeiro Batista e Altevir Antônio Macioski. No caso dos funcionários envolvidos que não são celetistas, foi determinado processo administrativo.

O governador terminou a entrevista no que diz respeito aos escândalos apurados informando que ficou comprovado no entreposto da CEASA, em Umuarama.

ÁLVARO MANDA POLÍCIA PROCESSAR ENVOLVIDOS NO ESCÂNDALO DO IAM

O governador anunciou ontem o resultado de mais três sindicâncias. No IAM foram apurados a existência de um caixa 2, desvio de alimentos e uso indevido do dinheiro público. Os oito funcionários envolvidos, inclusive o ex-Superintendente Nelson Sperandio vão ser processados e demitidos. No caso do IPE, os três funcionários responsabilizados foram dispensados e o sorteio das casas será feito novamente.

ROMBO NO IAM JÁ ATINGE CZ\$ 7 MILHÕES

"Só a Comissão de Sindicância e Inquérito poderá fazer um juízo do ex-Diretor do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, Nelson Sperandio, sobre sua responsabilidade no caso do Caixa 2 e no desvio de mais de 12 toneladas de carne, que já atinge a soma de 7 milhões de cruzados, só de janeiro a abril desse ano". Esse foi o parecer emitido ontem pelo atual diretor do IAM-PROMOPAR, César Benevides, que assumiu o Instituto, no último dia 15 de abril.

Ainda segundo Benevides, a existência de um Caixa 2, em qualquer órgão público é sempre uma operação ilegal, a despeito de estar ou não sob a orientação do superintendente. O caixa 2 do IAM, denunciado pelo governador Álvaro Dias, existe desde 85, segundo o relatório da comissão que

foi formada em 23 de abril para apurar as irregularidades de desvio de verba no órgão. O IAM possui atualmente, cerca de mil funcionários, e fica difícil para qualquer cidadão entender como uma transação ilegal como essa pode passar despercebida por tanto tempo.

Durante todo o dia de ontem, a Comissão de Sindicância e Inquérito instituída para apurar outro escândalo da administração pública do Estado, nesse caso da PROMOPAR, (que envolve o adulteramento da folha de pagamento de cerca de nove funcionários), este reunida numa das salas do IAM/PROMOPAR. Segundo Dalva Miranda, que faz parte da Comissão, os trabalhos ainda não estão na fase de qualquer definição sobre quem mais pode estar envolvido, além dos nomes já divulgados pela imprensa. A comissão que deverá apurar as irregularidades no IAM, não havia ainda iniciado os trabalhos.

PRISÃO ADMINISTRATIVA

Segundo informações de César Benevides, somente após o resultado oficial das duas comissões, o Governo do Estado poderá pedir a prisão administrativa dos envolvidos e, conseqüentemente, o seqüestro de bens. As comissões têm o prazo de 30 dias, a partir da publicação no Diário Oficial, constando a legalização dos trabalhos, para concluir os relatórios. Sobre a denúncia formulada ontem na Delegacia pelos quatro envolvidos, de que o dinheiro verificado a mais nas suas folhas de pagamento estaria sendo repassado para um fundo de auxílio aos futuros candidatos do PMDB às próximas eleições, é para Benevides "uma argumentação prematura e que tem o intuito de desviar a atenção do problema fundamental que é a irregularidade já comprovada, com argumentos irrefutáveis".

Notícias que correm pela cidade dão conta que uma das envolvidas teria parentesco com um dos membros da Terceira Zonal do PMDB em Curitiba. A PROMOPAR possui atualmente cerca de 150 funcionários, com salários mensais que variam de Cz\$ 1.800,00 a Cz\$ 5.000,00.

INVESTIGAÇÃO NA DELEGACIA

O inquérito policial do escândalo da PROMOPAR que está se desenrolando na Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, não teve seguimento normal ontem, pois uma outra funcionária envolvida que deveria comparecer para depor, até o início da noite não havia se apresentado. O delegado Luiz Alfredo Ritter Pereira confirmou que as duas maiores implicadas, Edemara de Oliveira Lara (chefe do Departamento de Recursos Humanos) e sua subchefe, Rosane Maria Zorning, continuam desaparecidas.

O delegado assegurou que irá pedir o comparecimento do superintendente do IAM, Nelson Sperandio, e dos dois últimos superintendentes da PROMOPAR, Maria Cristina Tezza e Wilson Teixeira (atual presidente da Terceira Zonal do PMDB), para depor na delegacia.

ÁLVARO DENUNCIA DESVIO DE VERBA, AGORA NO IAM

Mais um escândalo na administração pública foi denunciado ontem pelo governador Álvaro Dias. Depois da fraude na PROMOPAR, agora é a vez do Instituto de Assistência ao Menor apresentar irregularidades. Segundo levantamentos efetuados por sindicância, ficou confirmado o desvio de 6 milhões de cruzados em depósito em caixa 2, além do desaparecimento de mais de 12 mil quilos de carne, num total de 720 mil cruzados. O desvio das verbas ocorria através de contas abertas em várias agências do BANESTADO, cujos valores não eram contabilizados. Os nomes dos envolvidos serão conhecidos até o final da semana.

NOVO ESCÂNDALO: DESVIO DE VERBA NO IAM

Mais um escândalo na administração pública foi denunciado ontem pelo governador Álvaro Dias. Dessa vez a corrupção, desvio de verbas e de manutenção, foi verificada no Instituto de Assistência ao Menor - IAM. Segundo levantamentos efetuados pela Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito, instaurada pelo diretor administrativo do IAM, César Benevides, em 23 de abril desse ano, confirmou o desvio de 6 milhões de cruzados, em depósito do caixa 2 e o desaparecimento de 12 mil 395 quilos de carne, num total aproximado de 720 mil cruzados.

Segundo o que ficou apurado, as irregularidades detectadas no IAM, por enquanto, datam de janeiro a abril desse ano. No entanto, conforme a Sindicância, o caixa 2 existe, comprovadamente, desde 1985. O desvio de verbas acontecia com a conta aberta em várias agências do BANESTADO, em nome da Loja Escola dos Jovens do IAM - JOVIAM. O caixa 2 é uma conta corrente bancária não registrada nem contabilizada oficialmente. A primeira providência administrativa foi o bloqueio da movimentação das contas do caixa 2, em 16 de abril. Em 23 do mesmo mês foi constituída a Comissão de Sindicância, através da Portaria 028/87 e iniciada a auditoria contábil pela Secretaria das Finanças. O mesmo procedimento foi realizado no caso do desvio de alimentos fornecidos a instituições oficiais do IAM, e o total do roubo, de janeiro a abril, está orçado em cerca de sete milhões de cruzados.

MEDIDAS ADOTADAS

Além das medidas já adotada, o governador determinou a continuidade de todas as demais medidas legais previstas na Lei 6174/70, do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, como a prisão administrativa e a suspensão preventiva de todos os envolvidos, já que os mesmos devem responder civil, penal e administrativamente.

O Secretário do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, durante a coletiva convocada pelo governador no Palácio Iguaçu, afirmou que a comissão não possui ainda os nomes e tão pouco o número dos funcionários envolvidos no "caso IAM".

Ainda segundo ele, até o final da semana a Comissão de Sindicância já poderá denunciar o nome dos envolvidos. O secretário disse também que, extraoficialmente, parte do dinheiro desviado para o caixa 2, diz respeito ao resultado das vendas dos objetos produzidos pelos menores e que deveriam ser creditado na conta das cadernetas de poupança no nome de cada um dos menores. Ainda segundo o secretário, ontem mesmo, três menores que são assistidos pelo IAM, estiveram procurando o secretário para cobrar o seu dinheirinho que lhes é de direito, pois até agora não viram a cor do resultado financeiro do seu trabalho.

ROUBAR DOS POBRES

A denúncia de que o dinheiro do trabalho dos menores carentes estava sendo usado para engordar a conta dos corruptos e desonestos causou revolta generalizada em todos os que participaram da coletiva de denúncia convocada pelo governador. Um jornalista não se conteve e disse que isso é o mesmo que tirar o doce da boca de uma criança. "Um horror", desabafou.

ABSOLVIDOS, FUNCIONÁRIOS QUEREM AGIR

Com a decisão da Justiça do Paraná de arquivar o processo movido pelo Governo do Estado contra oito ex-funcionários do Instituto de Assistência ao Menor, sob a acusação de prática de ato de corrupção, os envolvidos pretendem mover uma ação judicial contra o governador Álvaro Dias, por "abuso de poder" e exigir do Estado "indenização por danos morais".

O processo contra os oito ex-funcionários do IAM, Nelson Sperandio, Jayme Nalim Duarte Leal, Delcino Pereira Garrido, Osmar Antônio Kloss, José Amílcar de Lucca, Juarez Martins, Moisés Ribeiro Batista e Altevir Macioski, foi arquivado no dia 28 de março deste ano, por recomendação do Promotor de Justiça, Lauro Caetano da Silva. José Amílcar de Lucca esteve na semana passada, no gabinete do Líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa, Valderi Vilela, quando anunciou a decisão do grupo de acionar o Governo do Estado na Justiça.

RELATÓRIO

No dia 29 de maio de 1987, um relatório assinado por Almir Moreira, Vilmar Machado, Mauri Bendlin e Miguel Biernaski, dava conta de que um levantamento junto às Unidades que receberam carne bovina de primeira e a segunda, frango, peixe, fígado, vira e linguiça, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1987, comprovantes expressos contendo indicações quantitativas dos recebimentos desses gêneros, confrontados com as aquisições que dão origem aos pagamentos e com as planilhas de distribuição, constatamos de imediato que as quantidades entregues pelos fornecedores, não se igualam e não correspondem ao montante atribuído em pagamentos (...). E cita uma diferença de 12.395,8 kg daqueles produtos, naqueles quatro primeiros meses de 1987.

Ao recomendar o arquivamento do processo, o promotor Lauri Caetano da Silva enfatiza: "A conclusão da Comissão de Processo Administrativo, não obstante os esforços despendidos e como era de se esperar, tendo em vista a investigação, somente apurou ilícito administrativo, passível de punição no âmbito do Direito Administrativo".

Damião Mascarenhas Mazalli, que foi preso no Ahú, acusado de prática de ato ilícito como fornecedor de mercadorias à Secretaria de Saúde, disse ontem a esse I&C, que foi absolvido pela Justiça e que constituiu Mauro Maranhão como seu advogado para acionar judicialmente o governador Álvaro Dias. Damião enfatizou que o processo está em fase de montagem e no seu entendimento sua prisão foi arbitrária. Damião adiantou que vai exigir do Estado, indenização por danos morais, recordando a grande repercussão do episódio junto à imprensa e à opinião pública.

PUNIDOS VÃO RECORRER

O governador Álvaro Dias puniu com prisão administrativa ou demissões, funcionários da PROMOPAR, acusados de prática de atos lesivos ao erário público. No caso PROMOPAR, se destacaram Edemara de Oliveira Lara, Rosane Maria Zornig, Ivete Scorssatto, Ailse Rodrigues de Oliveira, Miriam Gottschild, Marcos Roberto da Silva, Agenor Jorge Vieira, Carlito José da Silva e Arcelino Paludo. Diversos funcionários de outros órgãos do governo estadual foram demitidos na gestão Álvaro Dias, como resultados de investigações de denúncias de irregularidades administrativas. E Álvaro Dias sempre disse com orgulho que o Paraná foi um dos poucos Estados que colocou "corruptos na cadeia". Agora, todos aqueles que estão sendo impronunciados ou absolvidos pela Justiça, estão dispostos a acionar judicialmente o Governo

do Estado, reclamando contra prisões arbitrárias, e indenizações por danos morais". (Liones Rocha).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Inquérito Policial nº 324/87
Indiciados: NELSON JOÃO SPERANDIO

e outros

Natureza: CRIME CONTRA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

"PEDIDO DE ARQUIVAMENTO"

MERETÍSSIMO DOUTOR JUIZ:

1. Através da Resolução nº 57/87 da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (f.7) foi composta uma Comissão de Sindicância para apurar as irregularidades apontadas no ofício nº 57/86 (fls. 35) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que no Processo de Prestação de Contas relativo ao exercício de 1984, do Instituto de Assistência ao Menor, novamente alertava no sentido de que as receitas industriais e diversos não estavam sendo contabilizadas adequadamente.

Isto porque o Tribunal de Contas do Estado do Paraná através da 6ª Inspeção de Controle Externo, efetivou levantamento no Instituto de Assistência ao Menor - I.A.M., e constatou a existência de receitas originadas pelas vendas de brinquedos, serviços de tipografia, etc., no período de dezembro de 1984 à abril de 1987, num montante de Cz\$ 1.223.025,42 (um milhão duzentos e vinte e três mil e vinte e cinco cruzados e quarenta e dois centavos), cujo dinheiro foi movimentado paralelamente à Tesouraria do Instituto, possivelmente nas contas bancárias mantidas junto ao Banco do Estado do Paraná, conforme relação de f.36.

Observou a 6ª Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que o levantamento efetivado não inclui as receitas decorrentes das vendas de confecções, aquisição de matéria prima e venda das fardas.

Dessas "irregularidades" de natureza contábil foi o Diretor do Instituto de Assistência ao Menor Senhor Cêzar Benevides intimado pela Inspeção para prestar esclarecimentos.

Para apurar o alcance das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas o Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, resolveu instaurar uma sindicância, mesmo porque estava sendo noticiado que no I.A.M., havia um caixa paralelo, conhecido por "caixa 2", e este fato encontraria o princípio da unidade da tesouraria.

As irregularidades nas receitas, segundo o Tribunal de Contas estavam sendo apontados desde 1984, porque as faturas não eram numeradas e não seguiam ordem cronológica e aquelas provenientes das escolas que mantinham produção industrial ou agrícola, principalmente a Escola de Menores de Arapoti, não foram contabilizadas e conseqüentemente não ocorreu Prestação de Contas.

2. Pelos depoimentos tomados pela Comissão de Sindicância, ficou esclarecido que:

a) Por orientação do Diretor Nelson Sperandio os valores relativos as vendas de produtos originários das unidades deveriam ser depositados na Conta JOVIAM, Agência Batel, cujos numerários deveriam ser devolvidos às respectivas unidades, para aquisição de matéria prima (insumo);

b) Quando eram negociados os bens produzidos nas unidades era emitida nota fiscal de venda, com as quais era realizada a prestação de contas;

A escola produtora estabelecia o preço dos produtos e recebia mensalmente os valores correspondentes as vendas efetivadas, com o desconto de 20% que era depositado na conta JOVIAM/IAM, sendo que todos os pagamentos eram feitos com cheques:

Desta movimentação era feita uma prestação de contas mensal que era encaminhada ao Diretor do Instituto.

O Instituto mantinha uma loja denominada "JOVIAM" para venda de bens produzidos nas unidades e em 1986, foi feito um levantamento geral, com devolução das mercadorias não negociadas para as respectivas escolas.

c) Para o período de dezembro de 1983 à julho de 1985 o Coordenador José Amilcar de Luca, responsável pela "JOVIAM-LOJA ESCOLA DO JOVEM DO IAM", apresentou um balanço patrimonial (fls. 60/75) e demonstrativo de todas as receitas e despesas.

Estas prestações de contas eram enviadas à Divisão Financeira do IAM, conforme documento de fls. 76.

d) Pelo depoimento de Delcio Pereira Garrido, as contas apresentadas pelo Senhor José Amilcar de Luca estavam corretas, e sempre houve a preocupação pela contabilização dos valores relativos a comercialização dos produtos manufaturados, mas não havia uma rubrica específica de receitas industriais na contabilidade do I.A.M.

e) As unidades escolares do Estado produziam, e não obstante o Diretor Nelson Sperandio ter proibido a comercialização, era impossível qualquer controle.

"Anoto, neste particular, que as unidades de assistência aos menores do Estado, permanecem em atividade, dando atendi-

mento aos menores carentes, graças ao trabalho desenvolvido por pessoas abnegadas com o auxílio das comunidades. São tantas as dificuldades, face os pequenos recursos fornecidos pelo Estado, que uma das fontes de renda é a comercialização dos bens produzidos pelos menores. Entendo que esta atividade e estas receitas, nada tem a ver com a administração pública. Pretender que estas receitas, responsáveis pela manutenção das escolas carentes, sejam recolhidas aos cofres públicos, para posterior distribuição com critérios políticos, é inviabilizar a assistência ao menor. Somente quem não conhece a administração pública, com seus entraves burocráticos e suas "prioridades" políticas, pode defender esta sistemática. O Estado controla estas escolas, mas não as mantém.

O dinheiro que as comunidades arrecadam para estas escolas, não é dinheiro da administração pública. Esta arrecadação deve ser bem aplicada, mas não está sujeita ao controle do Tribunal de Contas. Se um administrador desvia parte desta renda em proveito próprio, não caracteriza crime de peculato, mas de apropriação indébita. Proceder corretamente a unidade que mantém uma contabilidade própria para estes recursos e despesas derivadas, independente da contabilidade pública.

f) - Conforme depoimento de fls. 90, todos sabiam e comentavam a irregularidade da contabilidade paralela, tendo o Senhor Amilcar de Luca solicitado uma Auditoria, mas tinham sempre como alvo a finalidade da "Joviam".

3. Não obstante a ausência de qualquer indício de infração penal, pois tudo ficou na análise da irregularidade administrativa no tocante a contabilidade do IAM, o Presidente da Comissão enviou cópia da Sindicância a Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública. Como não se vislumbrava qualquer ilícito de natureza penal, a Portaria n. 82/87 que determinou a instrução do inquérito, fez referência ao artigo 293 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei 6174/70).

Apesar da situação estranha e inevitável, face o clamor público projetado, mesmo sem haver indícios ou indícios da prática de crime, passou-se a investigar a notícia de irregularidade administrativa no IAM, tomando por base as informações colhidas pela comissão de sindicância, que paradoxalmente, não caracterizava, sequer em tese infração de natureza penal.

4 - Na instrução desta fase preliminar foram ouvidas diversas pessoas que estavam direta ou indiretamente envolvidas com o Instituto de Assistência ao Menor (fls. 361/366, 389/394).

No tocante ao caixa paralelo, além dos documentos apresentados, a inexistência de

ilícito penal ou de qualquer conduta censurável ficou delineada pelo depoimento do Inspetor do Tribunal de Contas, responsável pela fiscalização do Órgão (fls. 361/362).

O Inspetor Newton Pythagoras Gusso declarou que em 1984 comunicou a direção do IAM que o Instituto estava trabalhando com um "Caixa 2", na qual era contabilizadas as vendas de produtos manufaturados, serviços de tipografia, vendas de aves, vendas de produtos agropecuários, ovos e doações recebidas de entidades públicas e privadas. Que a receita Caixa-2 era utilizado para pagamentos diversos, tais como: aquisição de material permanente e de consumo, adiantamento de diárias, etc.

Ora, vislumbramos de plano, que a aplicação do dinheiro correspondente a este "caixa-2" estava todo contabilizado. Está contabilizado a origem e a aplicação do dinheiro.

Ocorre que este caixa e esta contabilidade era paralela. Aqui está a irregularidade, de natureza administrativa. Agora, houve desvio deste dinheiro em proveito próprio ou alheio, estranhos a finalidade do Instituto de Assistência ao Menor? Alguns dos funcionários ou diretores apropriaram-se do dinheiro que movimentavam nesta "caixa-2"? A resposta é negativa e portanto inexistente nos fatos noticiados, tendo em vista as suas características qualquer infração penal.

Esta assertiva vai de encontro a conclusão da comissão de sindicância (fls. 908/816), que enumera diversas irregularidades administrativa, sem que qualquer delas caracterize ilícito penal. É de se observar que nem todos os ilícitos administrativos, civis, fiscais, etc. configuram ilícito penal, dentro do princípio da reserva penal, que somente atua no limite da previsibilidade legal.

5 - Como foi instaurado processo administrativo para apurar os fatos (irregularidades administrativas) apontadas pela Comissão de Sindicância, consideramos prudente aguardar a conclusão do referido procedimento, que poderia investigar algum fato capaz de inclusive justificar a instauração do presente inquérito.

6 - Pelo teor dos documentos de fls. 924/1110, verificamos que a Comissão de Processo Administrativo contactou com todas as unidades conveniadas como IAM e obteve resultado negativo na tentativa de apurar qualquer irregularidade.

Observo que a Comissão procurou inves-

tigar se houve desvio de dinheiro do "caixa-2", que configuraria, conforme já foi exposto, crime de apropriação indébita.

A conclusão da Comissão de Processo Administrativo, não obstante os esforços dispendidos (fls. 1925/1931) e como era de se esperar, tendo em vista a investigação policial, somente apurou ilícitos administrativos, possíveis de punição no âmbito do direito administrativo.

7 - Face ao exposto e não vislumbrando ilícito penal a ser apurado, requeremos o arquivamento do presente inquérito, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal.

É o requerimento.

Curitiba, 24 de março de 1989.

(a) LAURI CAETANO DA SILVA
Promotor de Justiça

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes ao MM. Juiz Dr. Antônio Oesir Gonçalves.

Em 28.03.89

(a) Honorina de Paula da Silva
Escrivã Designada

Arquive-se, de acordo com o douto parecer retro do digno representante do MP, que adoto por inteiro como razão de decidir.

I -

Ctba, 28/03/89.

(a) ANTÔNIO OESIR GONÇALVES

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Curitiba
Quinta Vara Criminal da
Comarca de Curitiba

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesta Vara Criminal a meu cargo, autos findos e andamentos, bem como os livros "Rol dos Culpadados" consta distribuição de 17.03.88 n. 2299 inquérito policial que é vítima Instituto de Assistência ao Menor, em que é indiciado JOSÉ AMILCA DE LUCCA e outros, arquivado em 28.03.89 a requerimento do Ministério Público, conforme fotocópias anexo, e despacho do MM. Juiz de Direito desta Vara.

Curitiba, 18.05.89.

Eu, Honorina de Paula P. da Silva Escrivã designada o subscrevi.

(a) HONORINA DE PAULA P. DA SILVA
Escrivã Designada